



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE DESESTATIZAÇÃO

Palácio do Planalto
10 de agosto

O Presidente Sarney instala o Conselho Federal de Desestatização, em ato que caracterizou como «fim de um ciclo» da história econômica brasileira. O Governo espera definir dentro de 90 dias a venda de pelo menos 61 empresas estatais. O primeiro passo é a instalação do Conselho Federal de Desestatização, a ser presidido pelo ministro João Batista de Abreu.

4 de agosto — O Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, morre de câncer, aos 62 anos, em Brasília.

5 de agosto — Em almoço com o Secretário de Estado norte-americano George Shultz, em Brasília, o Presidente Sarney sugere que os EUA deixem de utilizar «palavras duras como retaliação, punição ou sanção», nas discussões a respeito do comércio entre os dois países. Tais ameaças, diz o Presidente, poderiam «contaminar» as boas relações políticas entre o Brasil e os EUA. Em encontro com o Chanceler Abreu Sodré, Shultz lamenta o atual estágio de relações bilaterais Brasil-EUA, mas não menciona as possibilidades de suspender as retaliações contra produtos brasileiros, por causa da política nacional de patentes farmacêuticas.

Tenho a satisfação de presidir a instalação do Conselho Federal de Desestatização e dar posse aos representan-

tes classistas, senhores Aluísio Correa de Azevedo, dos trabalhadores, e Ângelo Calmon de Sá, dos empresários.

O Conselho é a peça-chave do Programa Federal de Desestatização instituído em março de 1988, com a finalidade de promover, de forma ampla, clara e racional, a transferência para a iniciativa privada de atividades econômicas exploradas pelo setor público.

Caberá ao Conselho Federal de Desestatização, presidido pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, coordenar e supervisionar a execução do Programa Federal de Desestatização, além de promover o elenco de medidas técnicas legais e administrativas necessárias ao cumprimento de suas responsabilidades.

A inclusão de representantes sindicais e patronais testemunha mais uma vez a determinação do Governo de acelerar a incorporação dos parceiros sociais aos processos decisórios da Administração Federal. Como primeira missão, o Conselho hoje instalado deverá criar grupo de trabalho destinado a tomar medidas práticas para a privatização de serviços da Rede Ferroviária Federal. Também deverá examinar a criação de grupos de trabalho da mesma natureza, voltados para privatização de 16 outras empresas dos setores de transporte, mineração, petroquímica, siderurgia e alguns outros.

O Programa é um dos principais pilares da política de redução do déficit público e de modernização da economia adotada pelo Governo, política essa que vem sendo conduzida com patriotismo, com competência, com sacrifício, com espírito público, pelo ministro Maílson da Nóbrega e pelo ministro João Batista de Abreu.

Em determinada etapa de nossa história foi decisiva, como aqui foi ressaltada, a presença do Estado em setores essenciais do desenvolvimento econômico. Entre 1960 e 1985, a produção brasileira de energia elétrica cresceu 8,4 vezes, contra 4,2 vezes da produção mundial. Nos anos 50, iniciamos um processo de industrialização, que contou com uma grande participação do poder público. Coube ao Estado implantar as bases de infra-estrutura indispensáveis ao

progresso e desenvolver iniciativas que, por sua densidade de capital, a empresa privada não estava aparelhada para explorar.

Os setores energéticos, de comunicações e transportes, entre outros, sofreram, em 30 anos, um grande impulso, o que permitiu ao País desenvolver seu parque industrial e projetar-se no cenário mundial. Esse grande esforço do Estado, mobilizando intensamente poupanças externas e internas, praticamente encerra o seu ciclo hoje.

A exemplo de muitos países do mundo ocidental, e mesmo socialistas, o Estado apresenta sinais de esgotamento da sua capacidade de atuar diretamente no processo produtivo.

O combate ao déficit público nos leva a redefinir com a necessária urgência o papel do nosso Estado na nossa economia. A desestatização será um instrumento de eficácia para reduzir o gasto público e devolver ao Estado as atividades nas quais sua presença é imprescindível. Com a desestatização atacaremos frontalmente o endividamento público. Ao vender parte dos seus ativos reais, à exceção daqueles de caráter estratégico, a União se desobriga de parcelas da dívida e da conseqüente sangria de recursos, transferindo simultaneamente ao setor privado a responsabilidade pelos futuros investimentos produtivos. O Estado não mais se verá às voltas com atividades que nada dizem respeito à sua vocação, tais como hotéis, indústrias têxteis, e muitas outras. Deve dedicar-se integralmente aos setores típicos de Governo, às aplicações básicas da infra-estrutura.

O Programa de Desestatização que estamos promovendo obedece a critérios que garantem a lisura e a transparência de todo o processo de alienação. Traz em seu bojo mecanismo de democratização do capital, que destina ações para a venda aos empregados, e seus fundos de pensão, em condições privilegiadas e pulveriza grandes lotes para milhões de brasileiros.

Estamos tomando medidas de grande alcance para regulamentação da economia. O empresário terá maior liberdade para empreender e expandir seus negócios. O Estado

não deseja ser um entrave permanente ao cidadão empreendedor, ao homem que busca criar empresas, desenvolver e abrir mercados.

Quero cumprimentar o ministro do Planejamento João Batista de Abreu, por mais essa brilhante iniciativa que, ao lado da nova política industrial e da efetiva prioridade ao desenvolvimento tecnológico, consolida as bases estruturadoras do Brasil de um futuro bem próximo.

Já que falei em política industrial, eu quero, neste instante, lembrar e reverenciar a memória do ministro José Hugo Castelo Branco, esse notável homem público, que sacrificou os últimos dias da sua vida em favor do serviço público e dedicou os seus últimos instantes pensando no nosso País e trabalhando pelo nosso País. A ele, portanto, a reverência de nossa memória e o agradecimento do Brasil por tudo o que ele pôde fazer em favor de nossa Pátria. Sua vida foi, sem dúvida, um exemplo de coragem e de dignidade, que honra a história do nosso País.

Registro a visão moderna da função do Estado e a perseverança com que esse grande ausente nesta solenidade defendeu sempre o processo de privatização. Nós não nos desviaremos dessa trilha.

Ao estabelecermos bases modernas de relacionamento entre Estado, capital e trabalho, habilitamos o grande povo brasileiro a construir o País que todos nós queremos, próspero, soberano, justo e democrático.

Quero ressaltar que essa política de desestatização não pode ser envolvida por razões de natureza passional, nem de natureza ideológica. É simplesmente uma necessidade que o Estado brasileiro tem hoje de não arcar com outras responsabilidades, que não aquelas que digam respeito ao interesse social. Nós todos sabemos que, com a nova distribuição de recursos estabelecida na Constituição que em breve entrará em vigor no País, a União não disporá de outros recursos senão aqueles estritamente necessários ao cumprimento dos seus deveres e dos seus serviços essenciais. A nova concepção que passa a vigorar no País, e que todos nós esperamos que historicamente seja um passo à frente, sem dúvida, dará aos Estados maiores responsabili-

dades, e essas responsabilidades são também acompanhadas de recursos a eles destinados.

Nós, portanto, do Governo Federal, teremos que procurar aplicar os recursos que teremos disponíveis naqueles setores essenciais, estritamente essenciais ao desenvolvimento do País. Portanto, a política de desestatização é uma necessidade imperiosa do tempo que nós estamos vivendo. O Estado não tem mais recursos para arcar com as responsabilidades que não são suas, de invadir campos que não lhe pertencem, e de destinar recursos públicos que devem ser destinados à saúde, à educação, ao bem-estar social, para outros fins que não são os fins do Estado. Portanto, resolvemos que esta solenidade de instalação do Conselho fosse feita para mostrar o quanto o Governo está consciente da necessidade de cumprir fielmente com a meta da desestatização. Mas, quero advertir que desestatização não é um decreto, não é um Conselho, é um processo. É um processo que se inicia, que tem que caminhar, que tem que ter o apoio da comunidade, que tem que ter uma consciência nacional de sua necessidade, e que leva tempo para ser executado, que tem que vencer resistências e que tem que ter obstinação. Sei perfeitamente que ele nasce com este Conselho de homens imbuídos dessa determinação e dessa necessidade.